

EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO: UMA VISÃO FILOSÓFICA.

Creusa Capalbo
UFRJ-Dep. de Filosofia

I) CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DO HOMEM À LUZ DA ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA.

A educação de adultos pressupõe uma determinada concepção do homem e da sociedade. Pode-se agrupar as diversas concepções que o homem tem de si mesmo em dois grupos, conforme a ênfase seja dada, ora sob a dimensão estrutural, ora sob a dimensão dinâmica.

Do ponto de vista estrutural a concepção dominante é a de que a natureza humana permanece a mesma, apesar das diferenças de meios ambientais, e a razão é o mais elevado atributo do homem. Assim, este é visto como essencialmente um ser transistórico e transcultural em sua constituição estrutural, e por isto a educação pode ser concebida como a mesma e igual para todos. O objetivo principal desta é o desenvolvimento da reflexão e da racionalidade humana.

Já com Descartes esta confiança na razão levou-o a afirmar que no **Cogito**, na consciência, o homem pode chegar à certeza inquestionável. Poder e certeza ou segurança são alcançáveis pela razão. A dúvida das coisas é superada pela certeza do **Ego** pensante. Posteriormente duvidar-se-á da própria consciência, demonstrando que ela sofre as influências das ideologias e das ilusões (tal como será desenvolvido por Nietzsche, Marx e Freud). Mas, o objetivo continua sendo o mesmo. A crítica da consciência, a passagem do manifesto ao latente, continua presa à idéia de que é possível pela crítica que a consciência exerce sobre si próprio, recuperar-se a compreensão da consciência em sua totalidade. O poder e a fraqueza da consciência, a sua verdade e a sua falsidade, são reconhecidos como obra da própria consciência, necessitando passar pelo crivo da própria crítica para recuperar-se em sua verdade, em seu poder e em sua clareza.

Da afirmação de que o homem é ser racional em sua estrutura essencial, passa-se à idéia de que ele deve tornar-se racional, graças à influência preponderante da ciência e notadamente da teoria do evolucionismo biológico. A ênfase agora é dada ao estudo do homem nas

diferenças condicionadas pelo meio ambiente, pela idade, pelo sexo, pela raça, pela classe social, pela cultura etc. É neste contexto que se situam pensadores diversos tais como Fichte, Hegel, Marx, Dilthey, Dewey, T. Chardin etc.

A grande contribuição desta concepção foi a de nos permitir compreender que a estrutura do comportamento animal, e, portanto, a do homem também, se caracteriza pela sua ligação com o meio ambiente, ou seja, o seu espaço vital. Não se trata, pois, de um esquema mecânico rígido o que se passa no comportamento animal. Há um dinamismo próprio que precisa ser conhecido e examinado. É isto que explicará ser, no caso humano, o seu comportamento biológico flexível e adaptável. O homem não nasce acabado. O seu ser é perfectível. Ele nasce com um corpo ainda em fase de estruturação. Daí ele necessitar da aprendizagem, fator social, para aprender a manejar e adestrar o seu corpo. Por isso é que se diz hoje em dia que o homem é um ser biossocial, ou ainda que a sua natureza não dispensa o fator cultural para manter-se em vida.

Tornar-se racional implica, pois, desenvolver a sua estrutura material, base do comportamento humano, em íntima associação com as condições sócio-culturais em que tal desenvolvimento se realizará.

A fenomenologia existencial contemporânea, a partir de E. Husserl, Heidegger, M. Scheler, M. Merleau-Ponty e outros, chamará a atenção ainda para outros fatores desse desenvolvimento da estrutura específica do homem, expressa pelo termo abrangente de razão. À luz da antropologia filosófica em nosso século não se concebe mais a razão como um simples poder de "pensar idéias". Ela significa também uma justa compreensão do que seja a atividade reflexiva, bem como o que sejam os atos da consciência. Na descrição fenomenológica dos atos da consciência encontram-se atos lógicos, atos volitivos, atos significativos, atos emocionais, atos imaginários, atos perceptivos, atos da ação etc. Todos estes atos são originariamente vividos ou se situam no plano pré-reflexivo ! Uma das tarefas da razão é a de trazê-los ao plano reflexivo para tematizá-los, visando compreendê-los em sua dimensão eidética ou essencial. Assim, os atos da consciência estão compreendidos ao seu engajamento com a ordem da vida, estão envolvidos por tudo quanto envolve a nossa vida, a saber, as condições de nossa inserção no mundo material, no mundo social, no cultura, no mundo dos nossos sentimentos e emoções, no mundo do trabalho, da economia, da política etc. Assim, o comportamento humano não se caracteriza apenas pela sua ligação com o meio ambiente. O homem, como já dissera Husserl, é um ser "aberto ao mundo". E nesta abertura destaca-se, em primeiro plano, "o outro seu semelhante". Trata-se de uma "presença" do outro em face da minha consciência e ao meu ser corporal. Mas esta presença se torna, concomitantemente, a minha presença em face do outro. É por isto que se

pode afirmar que o meio ambiente do homem é o modo dele “estar com os outros no mundo”. Este modo ou esta presença recíproca pode ser vivida sob múltiplas formas: a do acolhimento, a da igualdade, a da reciprocidade, a da dominação, a da suspeição, a da agressão e luta etc. A experiência humana do homem como “ser-no-mundo”, usando uma expressão de Heidegger, é a da experiência de como nos encontramos homens entre homens, com ou contra os homens. É esta relação dos homens entre si que nos permite compreender o mundo humano como mundo social, histórico, político, cultural. O homem não é um sujeito sem história, sem mundo, sem sociedade.

A tarefa inicial, e para alguns a principal, que se coloca para o homem nesta situação de “ser-no-mundo” é a de conhecer-se em situação. É a volta do ideal socrático: “conhece-te a ti mesmo”. Não se trata, no entanto, de um conhecimento de tipo “representação” do que é humano no homem concreto e situado no mundo. Trata-se de alcançar a consciência de si próprio e de seu Ego como autoconsciência. Neste caminho o homem parte do vivido, buscando o sentido e o significado, a compreensão e a interpretação do que foi por ele vivido e experimentado. Quem sou eu? O que sou? Para que sou? O que significa ser “eu” para mim mesmo? Como o “eu impessoal” se constitui em mim o “meu eu pessoal”? Estas e outras questões que poderiam ser ainda colocadas abrem o caminho da razão para a reflexão do vivido. A antropologia filosófica constitui-se, assim, em reflexão do homem sobre si mesmo, sobre o que ele é, sobre o significado da sua existência, sobre a finalidade do seu agir, sobre o seu destino. Agrupam-se, então, os temas principais que interessam à antropologia filosófica em torno das questões sobre a estrutura da consciência intencional, da liberdade em exercício, do querer, da razão, da afetividade e da práxis.

À luz do que acabamos de expor pode-se entender que a educação de adultos, no âmbito universitário, não pode se limitar à simples formação profissional, tal como se define o seu objetivo escolar. Ela deverá buscar caminhos para que se propicie ao mundo universitário a crescente possibilidade de ampliar o seu “conhece-te a ti mesmo”. Ela deverá buscar caminhos para que a reflexão não se desvie ou se aliene dos temas acima elencados pois todos dizem respeito ao seu vivido pessoal e social.

A reflexão sobre a vida faz parte da sua formação integral.

Por outro lado, as necessidades de um mundo em constante mutação, onde a sociedade se transforma sem cessar ao ritmo do progresso econômico e industrial, exigem que se reconheça que a própria formação profissional deve aperfeiçoar constantemente os já formados. O mundo moderno nos impõe o conceito de educação permanente, pois a instrução e a educação não acabam com o ingresso, na fase adulta, na força de

trabalho: elas acompanham os homens em todas as idades.

A Universidade deve propiciar o florescimento de agrupamentos ou de organismos tendo por tarefa a preparação, a difusão e a execução de programas de educação permanente para a formação de adultos universitários, dos ex-alunos, dos professores, do pessoal administrativo e de serviços, bem como a seus familiares e à comunidade.

Introduzimos, nesta breve reflexão, as noções de educação permanente e educação de adultos, bem como o conceito de formação de adultos. Aprofundaremos a seguir o significado destas noções.

II) O CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A educação de adultos se insere na história do conceito de educação permanente. Por educação permanente entendia-se a educação continuada do adulto após o término de seus estudos ou no seu ingresso na força de trabalho. Nesta fase inicial da história da educação permanente, definiu-se, então por educação de adultos aquela que se voltaria para a formação de adultos em situação de formação profissional acelerada, ou de reciclagem profissional, ou ainda alfabetização de adultos, organização de centros de cultura e de lazer. A necessidade de se buscar uma pedagogia própria e adequada para a alfabetização dos adultos, distinta da que se usava com as crianças, gerou um campo próprio de estudos sob o nome de andragogia. Não havia, neste período inicial, um consenso sobre o que se deveria entender por educação de adultos.

Em 1960 a conferência internacional da UNESCO sobre Educação de Adultos demarca um campo sócio-educativo e outro epistemológico, aprovado por unanimidade pelos participantes. A educação de adultos, a partir deste encontro internacional, deixa de ser vista como prolongamento da escolaridade regular obtida anteriormente. Ela passa a ser vista como processo que acompanha toda a vida do homem. Reconhece-se a sua necessidade permanente para todos os homens e não só para alguns. O ensino de 1º, 2º e 3º graus deixam de ser vistos como "preparação para a vida", conforme fora definido pelos defensores da escola ativa ou da escola nova. Eles passam a ser vistos como "preparação para a educação dos adultos". A instrução e a formação educacional não terminam quando as pessoas começam a trabalhar e a ganhar a sua vida. A educação do indivíduo continua na fase adulta e deve favorecer o desenvolvimento da sua personalidade no conjunto das suas atitudes e de seus conhecimentos sobre o plano intelectual, profissional, artístico, físico e afetivo. A educação de adultos não é, pois, a educação daqueles que são privados de instrução. Estes necessitam também é de alfabetização.

A educação de adultos, bem como a da criança e do adolescente, é a educação que considera o educando como centro do processo educativo e responsável em levar, pelas suas próprias mãos, os seus destinos intelectuais, morais, sociais e espirituais. A educação é a "conquista de si próprio" que acompanha o homem do nascimento à morte.

Este processo, entretanto, não se desenrola "naturalmente". Há estruturas sócio-econômico-políticas que são favoráveis ou desfavoráveis a tal processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, por exemplo, as pessoas que vivem totalmente absorvidas com os problemas de sobrevivência estão no limite o mais ínfimo da condição humana. Tal situação de miséria física e social pode engendrar a miséria cultural e até mesmo a miséria moral e espiritual. Por outro lado, seria ilusório supor que as mudanças de estrutura material e sócio-econômica seriam suficientes por si sós para propiciar as exigências do desenvolvimento humano em sua formação personalógica. As políticas econômica, cultural ou educacional não substituem o esforço pessoal que cada homem terá que realizar por si próprio.

Vê-se, assim, que a educação de adultos ultrapassa os muros escolares. Ela se ocupa do conjunto das atividades humanas, quer seja no seu trabalho, no convívio social ou no lazer. Não se dá ou se tem educação. É-se educado. A educação não é da ordem do ter mas sim do ser. A ordem do ter se refere a coisas e objetos. A ordem do ser se refere à subjetividade humana, à luz da antropologia filosófica.

Alguns autores afirmam que a educação de adultos pela confiança que ela dá ao homem, pelo desenvolvimento da capacidade de julgar, de opinar, de participar e de agir, converte-se no melhor sustentáculo e base das instituições democráticas.

Algumas diretrizes políticas podem ser indicadas para a educação de adultos, conforme relatos apresentados pela UNESCO:

- educação de adultos como educação popular
- educação de adultos abrindo espaço no próprio horário de trabalho
- favorecimento de "férias culturais" aos trabalhadores
- instituição do ano sabático para os mestres
- programas de formação e treinamento profissional
- pesquisas universitárias sobre necessidades e aspirações dos diferentes grupos sociais, visando os seus resultados oferecerem subsídios para planos e ações na educação de adultos.

A educação permanente ou educação de adultos foi vista, por alguns países, como podendo servir e assegurar uma "política de desenvolvimento nacional", visto que a educação como um todo, é encarada como fator de desenvolvimento econômico, e este contribui para elevar a qualidade de vida e o bem-estar social. Ela atenderia, assim, a economia em expansão. Ela se apresentaria como instrumento de resposta

a uma demanda específica de setor urbano ou rural, a fim de formar uma força de trabalho qualificada e necessária ao funcionamento das empresas.

Esta concepção tem sido criticada por vários motivos, pois nem sempre o desenvolvimento econômico eleva a qualidade de vida e o bem-estar social. A crítica mais séria, do ponto de vista filosófico, parece ser aquela que aponta, nesta concepção, o descentramento da educação, que deve ser o educando, centrando-a antes nas exigências da política econômica de um Estado.

O objetivo principal e essencial da educação permanente é o de levar o educando a "aprender a aprender". Isso o levará à crescente autonomia e ao exercício consciente da sua liberdade responsável. Esta concepção é libertadora do homem. Ela é contrária à idéia de dominação (interna ou externa, pessoal ou social) e à idéia de importação de padrões que fazem manter a dependência cultural. Busca-se, ao contrário, um caminho nacional, uma via cultural e educativa próprias às condições sócio-culturais do País.

A liberdade e a autonomia de que acima falamos supõem: que haja participação na organização e nas decisões que concernem às pessoas; que haja uma administração conjunta ou a prática da autogestão pelos interessados na formação dos grupos, das comunidades ou da população; que haja complementaridade da função escolar da universidade.

III) O CONCEITO DE FORMAÇÃO APLICADO À EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Na sociedade industrial formação significa integração dos indivíduos à vida da empresa e do sistema social global. Facilmente as idéias de formação e integração se deslocam para as noções de pessoas adaptadas, conformadas, capazes de readaptações contínuas, procurando-se, pois, a adesão dos indivíduos ao sistema social, sob a égide da idéia de promoção social.

Se buscarmos a raiz do conceito de formação vamos verificar, no entanto, que ele implica gestação de formas vivas, nascimento, criação, emergência de algo novo e original. Daí se passa para a concepção de formas emergentes de um novo saber, da exploração, que o próprio sujeito realiza, de sua identidade pessoal e social.

Formação é instituição, tal como Montaigne já falara ao referir-se à educação das crianças. Instituição de formas vivas, geração, fazer nascer o novo, propiciar a emergência da originalidade e da diferença. Uma instituição totalitária se articula para eliminar as diferenças, leva à morte os seus oponentes, elimina o conflito, buscando o homogêneo e o idêntico, em nome da igualdade dos homens.

B. Suchodolski¹ escreve que se a educação permanente visa a liberação e não a sujeição, isto implica que se dê a ruptura com as pedagogias da essência (modelo do tipo o educador é quem educa o educando), para as pedagogias da existência, (o educando é o responsável pela sua própria educação; o educador é apenas um facilitador e animador), as quais consideram que a ênfase a ser dada deve ser na quotidianidade. Assim o que interessa é analisar as condições existenciais individuais e coletivas, na totalidade do tempo humano que é tridimensional. Esta temporalidade é uniforme na sua estrutura, mas heterogênea na sua inserção histórica e na consciência humana. A temporalidade da consciência, tal como já dissera Husserl, trabalha o vivido diferenciado, a pluralidade, a descontinuidade, o tempo enriquecido da diversidade concreta do vivido.

J. Piaget, falando sobre a educação como direito fundamental dos homens, diz que ela visa a plena realização da personalidade humana e por isto mesmo ela é um direito de todos. Esse desenvolvimento do ser humano é função de fatores hereditários e de adaptação biológica, bem como de fatores de transmissão ou de interações sociais, afirma ainda Piaget². São os instrumentos de adaptação, segundo ainda este autor, operações lógicas. Assim a lógica, a razão humana, não são inatas, mas dependem da formação intelectual e da educação³. Da mesma forma sentimentos e regras morais não são hereditários, mas dependem de fatores educacionais e de interações sociais. A lógica visa a autoformação da razão e a ética, o autogoverno do homem. Nem "subordinação", "submissão", "domesticação", "conformismo"; nem "anarquia", "rebelião", "ausência de regras e normas; mas sim autonomia, interação, reciprocidade, colaboração.

Um programa de formação de adultos no âmbito universitário precisa refletir sobre estes três momentos que aqui apresentamos: o da antropologia filosófica, o da formação na educação e o da educação de adultos no processo de educação permanente. Mas ele deverá organizar-se, na sua prática educativa, distinguindo três aspectos: os que são relativos à realidade social, os que são relativos à atuação educativa e os que são relativos aos órgãos ou instituições que se encarregarão de educar adultos no âmbito universitário.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

1. Pineau, Gaston — *Education ou aliénation permanente?* Montreal, Dunod, 1977.
2. Piaget, Jean — *Où va l'éducation.* Paris, UNESCO, Denoel Gonthier, 1972.

3. Cambon, J. e outros — **Anthologie des pédagogues français contemporains**, Paris, PUF, 1974.
4. Rabuske, E. A. — **Antropologia filosófica**, Porto Alegre, EST, 1981.
5. Capalbo, Creusa — **Ideologia e Educação**, S. Paulo, Ed. Convivio, 1978.
6. Manfredi, S. M. — **Política: educação popular**, Ed. Símbolo, 1978.